

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Denize Cenci

**A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA REELABORAÇÃO DO
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

Santa Cruz do Sul
2015

Denize Cenci

**A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA REELABORAÇÃO DO
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientador (a): Prof. Dr. Márcio de Freitas do Amaral

Santa Cruz do Sul
2015

Não é no silêncio que os homens se fazem,
mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.
(FREIRE, 1987, p.44)

RESUMO

O presente trabalho destina-se a problematizar e refletir acerca da gestão democrática da educação em seus aspectos teóricos e legais, buscando avaliar a participação da comunidade escolar de uma escola estadual localizada na zona rural do município de Barros Cassal/RS, na reelaboração do Projeto Político-Pedagógico, a partir dos princípios da gestão democrática. Serviram como aporte teórico conceitos apresentados por autores como Paro (1992, 1997, 2001, 2005, 2007, 2008), Luck (2001, 2010), Veiga (1995), Franco (2005), Bordenave (1994) e Gadotti (1992) e como coleta de dados a realização de uma pesquisa-ação, de caráter qualitativo, utilizando-se como instrumento a realização de entrevistas e a aplicação de questionários pré-definidos com sujeitos da comunidade escolar (professores, alunos, pais, entre outros). Como apontamentos deste estudo, percebe-se que a comunidade escolar não tem um conceito claro do que seja a gestão democrática e que a visão de participação, principalmente por parte das famílias, se apoia muito na concepção de colaboração em serviços prestados à escola. Entretanto, os resultados demonstram também que a comunidade escolar reconhece a importância da reelaboração do Projeto Político Pedagógico com a participação efetiva de todos, tornando-o mais adequado à realidade da escola, contribuindo assim para a melhoria da qualidade do ensino e a efetivação da gestão democrática.

Palavras-chave: Gestão democrática. Participação. Projeto Político Pedagógico. Comunidade escolar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO: SEUS ASPECTOS TEÓRICOS E LEGAIS	9
2. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA GESTÃO DEMOCRÁTICA E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	12
3.A PARTICIPAÇÃO ORIENTADA PELO PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO	15
3.1 A PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA ESTUDADA	16
3.2 MUDANÇAS POSSÍVEIS ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA.....	17
4.METODOLOGIA DA PESQUISA: QUESTIONAR PARA TRANSFORMAR.....	20
4.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA	20
4.2 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA BASEADA NA PARTICIPAÇÃO	21
4.3 A PESQUISA-AÇÃO COMO FORMA DE INTERVIR NA REALIDADE	22
5.REFLETINDO SOBRE A REALIDADE ESCOLAR: AS AÇÕES ANALISADAS....	25
5.1 REUNIÕES REALIZADAS	25
5.2 AÇÕES DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES.....	27
5.3 AÇÕES COM A COMUNIDADE	29
5.4 APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
APÊNDICES	37

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar o processo de reelaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola localizada no interior de Barros Cassal/RS a partir dos princípios da gestão democrática. Elaborado em 2007 pela supervisora escolar, o antigo plano encontrava-se desatualizado frente aos diferentes fenômenos que compõem hoje a realidade escolar. Ao se investir nos princípios da gestão democrática, o novo plano desencadeou processos participativos da comunidade escolar em sua composição, ampliando as possibilidades político-pedagógicas contidas no documento. A metodologia utilizada para a realização deste trabalho baseou-se na pesquisa-ação, refletindo-se e debatendo-se os passos dados para realização dos objetivos propostos. Foram realizadas reuniões, debates e entrevistas com pais, alunos, professores e funcionários a partir de questionários pré-definidos.

A gestão democrática da educação está associada diretamente à autonomia da escola e se respalda na participação de todos os segmentos da comunidade escolar (pais, professores, alunos e funcionários), vindo ao encontro do que estabelece a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei nº 9394/96.

A gestão democrática requer a participação coletiva e o comprometimento dos envolvidos visando o sucesso do aluno enquanto sujeito com direito a uma educação de qualidade. Nesse contexto torna-se fundamental que a escola tenha um Projeto Político-Pedagógico que seja construído através da participação do coletivo da instituição.

Partindo desse princípio e tendo como base que o Projeto Político-Pedagógico da escola encontrava-se desatualizado e que fora elaborado sem que houvesse a participação da comunidade escolar, procurou-se focar na participação efetiva de todos os segmentos existentes na escola na reelaboração do Projeto Político Pedagógico de forma participativa e democrática. Como este é um documento de inestimável importância para formar a identidade da escola, pois nele devem estar presentes as ações que darão o rumo que a escola deseja tomar, torna-se necessário adequá-lo à realidade vivenciada pela escola. Hoje somos denominados como Escola do Campo e, esta realidade não estava contemplada no Projeto Político Pedagógico.

Porém, defrontamo-nos com o problema de como tornar possível à participação efetiva de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar na reelaboração do Projeto Político Pedagógico visando efetivar a gestão democrática, quando temos alunos e professores pouco motivados e pais que desconhecem o real significado de participação e de gestão democrática e que manifestam receio em se envolver nos assuntos administrativos e pedagógicos.

A participação em todos os segmentos torna-se difícil devido a questões apontadas pelos segmentos como a falta de tempo dos professores para realizarem atividades coletivas e trocarem experiências, já que a maioria atua em mais de uma escola, a falta de motivação dos alunos e a dificuldade que os pais enfrentam para poder chegar até a escola, devido à distância e à falta de transporte coletivo regular.

A educação escolar necessita ser entendida como função de todos que participam do cotidiano da escola, onde cada um manifeste suas opiniões na busca de resoluções coletivas para os problemas que surgem no dia a dia e propor ações que farão parte do Projeto Político Pedagógico. Nesse sentido, Schneider (2001) aponta:

O projeto pedagógico nasce da própria realidade escolar. Por isso deve ser fruto da reflexão de todos os envolvidos com o trabalho pedagógico, quer sejam; pais, professores, alunos, equipe administrativa, funcionários e comunidade local, tornando-se, o projeto, resultado de um processo participativo de decisões. (SCHNEIDER, 2001, p.14).

Entendemos que o PPP deva ser resultado de um trabalho coletivo onde se proponham ações concretas para atingir as metas estabelecidas na intenção de intervir na realidade da escola, buscando o aprimoramento das práticas pedagógicas que resultam na melhoria da aprendizagem. Nosso objetivo era promover a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar na reelaboração do PPP visando efetivar a gestão democrática, para isso houve embasamento teórico, estudando a participação à luz da gestão democrática e projeto político pedagógico, através de autores como Paro (1992, 1997, 2001, 2005, 2007, 2008), Luck (2001, 2010), Libâneo (2002), Veiga (1995), Gadotti (1992), dentre outros. Através de reuniões e debates, procuramos fazer com que a comunidade escolar se sentisse mais motivada a participar, discutindo e refletindo sobre o PPP da escola, sobre participação e gestão democrática.

O PPP é um documento que deve estar continuamente em construção, pois é ele que direciona as práticas pedagógicas, administrativas e financeiras da escola tendo que ser analisado e readequado de acordo com a realidade dos sujeitos envolvidos. Toda a

comunidade escolar foi incentivada a participar deste processo, primeiramente buscamos que todos tivessem oportunidade de conhecer o PPP da escola e analisa-lo, vendo o que não estava mais de acordo com a realidade da escola. Após, durante reuniões realizadas por segmentos buscou-se fazer um estudo teórico das questões relevantes para dar andamento ao processo de reestruturação para embasar as discussões.

Em reuniões posteriores, foram convidados todos os segmentos a participar, onde foi realizado o diagnóstico da escola e a discussão de metas e ações para comporem o PPP da escola, que ainda está em fase de reelaboração.

Para embasar este trabalho necessita-se de uma fundamentação teórica e bases legais para a sua construção. Assim, no capítulo *sobre “A gestão democrática da educação: seus aspectos teóricos e legais”* vamos fundamentar esses conceitos a partir de diferentes autores, buscando compreender as relações entre Gestão Democrática e participação da comunidade escolar. *“O Projeto Político-Pedagógico na gestão democrática e nas políticas públicas”* tratará da importância do PPP como instrumento de autonomia da escola. Em *“A participação orientada pelo Projeto Político-Pedagógico”* e *“Mudanças possíveis através da participação na escola”* vamos tratar sobre a importância da participação da comunidade escolar nas questões da escola.

1. A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO: SEUS ASPECTOS TEÓRICOS E LEGAIS

A gestão democrática da escola pública tem sido debatida no Brasil desde o início dos anos 80, quando o país saía do regime de ditadura e a sociedade lutava pela democracia e pela afirmação de seus direitos. Contraindo-se a cultura autoritária até então existente, a gestão democrática surge, conforme Cury (2002):

Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimento dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática. (CURY, 2002, p. 173).

Contudo, foi só a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal que a gestão democrática passou a existir legalmente como princípio do ensino público. Quando define os princípios em que o ensino seria ministrado estabelece, em seu artigo 206, entre outros, “o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” e a “gestão democrática do ensino público” (BRASIL, 1998). Esse pluralismo de ideias só se dará se houver participação efetiva de todos, gestores, professores, funcionários, alunos e pais, pois para ser plural é preciso que as ideias e concepções partam de todos.

A participação é um dos princípios da gestão democrática estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/996) que em seu artigo 14 estabelece que os sistemas de ensino definam as normas da gestão democrática do ensino público, na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Portanto é dever da escola, através de seu gestor, promover esta participação, pois a gestão democrática só se concretizará quando houver a participação de todo o coletivo da

escola nas tomadas de decisão e nas ações desenvolvidas, pois a gestão democrática requer a participação permanente e intensa de todos os segmentos da comunidade escolar nas tomadas de decisão, no compartilhamento das responsabilidades, na união pelos interesses comuns, na transparência das ações realizadas, com comprometimento e controle coletivo.

Luck (2006) afirma que:

Uma forma de conceituar gestão é vê-la como processo de mobilização de competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos de sua unidade de trabalho, no caso, os objetivos educacionais. (LUCK, 2010, p. 21).

É com a participação de toda a comunidade na gestão escolar que a escola se torna democrática, partindo do princípio de que o afastamento dessa comunidade prejudica a prática educativa que tem por objetivo a autonomia dos alunos e o ensino de qualidade. A escola tem que permitir o acesso de toda a comunidade escolar para que sua gestão seja democrática, pois conforme Paro (2001),

Se quisermos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. É nesse sentido que precisam ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola. (PARO, 2001, p.10).

O gestor precisa tomar consciência que não detém o poder absoluto das decisões que devem ser tomadas dentro da escola que deve primar pela gestão democrática, pois esse poder de decisão que abrange as dimensões administrativas, financeiras e pedagógicas deve ser do coletivo da escola, rompendo com a separação entre a concepção, a teoria e a execução. Ao colocar em prática esses princípios, o gestor precisa ser o principal incentivador da participação efetiva de todos, cultivando o trabalho coletivo nas ações realizadas, buscando o melhor para todos, possibilitando à comunidade escolar experimentar a democracia para que ela se consolide na escola como uma prática efetiva, pois de acordo com Dourado (1998),

A gestão democrática é um processo de aprendizado e de luta que vislumbra, nas especificidades da prática social e em sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de meios de efetiva participação de toda comunidade escolar na gestão da escola. Ou seja, a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar no dia-a-dia da escola. (DOURADO, 1998, p. 79).

Todos precisam se envolver, se interessar pelas ações desenvolvidas na escola, pois “a democracia só se efetiva por atos e relações que se dão no nível da realidade concreta”. (PARO, 2001, p. 18). Para tornar a escola um ambiente onde a gestão democrática se torne capaz de melhorar a qualidade da educação é necessário que a comunidade escolar esteja preparada para esta gestão, através do conhecimento das suas possibilidades, do amplo diálogo, onde todos tem seu espaço garantido.

A democratização da educação reivindicada por educadores e pela sociedade está pautada na democratização da gestão da escola, ou seja, em uma gestão como exercício da democracia, portanto, uma gestão participativa. A gestão democrática prevê a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, seja através da eleição direta para a direção da escola, na composição de Conselhos Escolares, Círculo de Pais e Mestres, Grêmios Estudantis, na elaboração do Projeto Político-Pedagógico e nos Conselhos de Classe Participativos.

Para Libâneo (2002), a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. O que garante a democracia na escola é a maneira como o gestor assegura a participação da comunidade escolar. Para haver democracia, é fundamental que haja participação. A democracia na escola está associada aos conceitos de autonomia, de participação e de gestão democrática.

2. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA GESTÃO DEMOCRÁTICA E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) instituíram a gestão democrática e o Projeto Político Pedagógico como um instrumento a ser construído coletivamente, garantindo a gestão democrática no ensino público. A LDB 9394/96 em seus artigos 12 a 15 trata sobre a incumbência dos estabelecimentos de ensino, através da participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar, dentre elas, a elaboração e execução de sua proposta pedagógica, articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola, informação aos pais e mães, conviventes ou não com seus filhos e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola.

Nos aspectos legais que tratam sobre a educação e na literatura sobre o tema, é unânime a importância dada à proposta pedagógica dos estabelecimentos de ensino, onde esta deve ser elaborada de forma participativa, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar, considerando o projeto político pedagógico um instrumento que possibilita à escola a autonomia na concretização das suas finalidades educativas, possibilitando a superação de problemas através da reflexão e do diálogo como forma de viabilizar o planejamento coletivo e participativo de ações que contribuam para dar suporte às mudanças desejadas na realidade da escola e na prática educativa que motive os alunos na sua aprendizagem.

De acordo com Bussmann (1995)

Não restam dúvidas de que articular, elaborar e construir um projeto pedagógico próprio, implementando-o e aperfeiçoando-o constantemente – ao envolver de forma criativa e prazerosa os vários segmentos da comunidade escolar, com suas respectivas competências, num processo coletivo -, é um grande desafio. E o é em razão da necessidade e das expectativas pela melhoria da qualidade dos serviços educacionais e dos resultados desses serviços. (BUSSMANN, 1995, p. 48).

Buscando esta melhoria na qualidade da educação de nossos alunos e tendo em vista que o Projeto Político Pedagógico da escola não foi construído de uma forma participativa,

temos como objetivo envolver o coletivo da escola na sua reelaboração de forma a readequá-lo a atual realidade vivida pela escola.

Para a sua reestruturação, é necessário que a comunidade escolar, além de participativa, seja crítica, debata, dialogue, reflita para que sejam encontrados caminhos que o tornem efetivamente um documento que norteie as ações que apontarão soluções para a resolução das necessidades apontadas no processo e as que virão no futuro. Segundo Veiga (1995)

A principal possibilidade de construção do projeto político-pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo fundado na reflexão coletiva. Portanto é preciso entender que o projeto político-pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico [...] (VEIGA, 1995, p.14).

Esse será o momento de cada um dar sua contribuição para tornar a escola identificada com sua comunidade em todas as suas dimensões.

É tarefa específica da escola ajudar a construir um ideário que oriente a vida das pessoas e inclui também as ferramentas culturais de uma leitura mais precisa da realidade em que vive. E ajudar a construir uma visão de mundo significa em primeiro lugar fazer um inventário das concepções que educandos e educadores carregam em si; significa também enraizar as pessoas na história, para que se compreenda como parte de um processo histórico. Isso tudo para tornar consciente, explicitar, interpretar, questionar, organizar, firmar ou revisar ideias e convicções sobre o mundo, sobre a história, sobre a realidade mais próxima, sobre si mesmos. (CALDART, 2004, p. 41).

Nesta perspectiva esperamos tornar o Projeto Político Pedagógico mais próximo da realidade, com elementos que valorizem os sujeitos do campo e a identidade da educação do campo. Pois, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica trazem a gestão democrática e participativa como garantia do direito à educação e em seu artigo 20, § 1º diz que:

O projeto político-pedagógico da escola traduz a proposta educativa construída pela comunidade escolar no exercício de sua autonomia, com base nas características dos alunos, nos profissionais e recursos disponíveis, tendo como referência as orientações curriculares nacionais e dos respectivos sistemas de ensino. (BRASIL, 2013, p. 134).

Se hoje somos categorizados em nossa realidade como uma Escola de Campo e o Projeto Político Pedagógico foi elaborado sem que fosse dada importância para esta

característica, este não contempla a realidade, tornando-se essencial que ele seja revisto e atualizado e, que desta vez, se dê ao coletivo da escola espaço de discussão, reflexão e participação para que tenha realmente significado na aprendizagem.

3. A PARTICIPAÇÃO ORIENTADA PELO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Como diz Bordenave (1994, p. 17), “o futuro ideal do homem só se dará numa sociedade participativa”. Partindo deste princípio, cabe à escola desenvolver ações que fortaleçam a participação da comunidade na escola. Este fortalecimento da participação na escola vem através de uma gestão participativa, a qual é condição básica para o desenvolvimento de uma escola democrática e transformadora e é fundamental, mas desde que articulada com a comunidade, busque se organizar através do desenvolvimento de suas ações tendo em vista as necessidades de onde esta está inserida.

É necessário o comprometimento de todos, tanto um maior engajamento, para que a escola torne-se realmente democrática. Não podemos continuar promovendo uma participação fictícia, pois:

A população precisa sentir prazer em exercer os seus direitos. Contudo, de nada adiantam todas as condições se a população for chamada apenas para legitimar decisões tomadas em gabinetes. É preciso que a participação se traduza em resultados concretos. Na nossa tradição política a participação se tornou instrumento de manipulação em fastidiosas e intermináveis reuniões ou assembleias em que, muitas vezes, a única decisão consiste em marcar uma próxima reunião. (GADOTTI, 1992, p. 51).

Para se pensar as práticas pedagógicas que tenham como objetivo uma caminhada rumo à participação, buscando tornar a escola um espaço mais democrático onde todos se sintam valorizados é imprescindível que se tenha o diálogo como instrumento constante. É fundamental uma participação mais coletiva, que abranja toda a comunidade escolar para que haja o desenvolvimento de um ensino com mais qualidade, pois quando todos se comprometem o trabalho passa a acontecer de forma mais significativa e a aprendizagem ocorre com melhores resultados. Porém:

É necessário ter em mente que uma cultura não é mudada apenas por desejo, faz-se necessário o alargamento da consciência e da competência técnica para tanto. É importante reconhecer que mesmo que as pessoas desejem participar da formulação e construção dos destinos de uma unidade social, não querem aceitar, rapidamente, o

ônus de fazê-lo, daí porque, após manifestarem esse interesse, demonstram, por meio de comportamentos evasivos, resistência ao envolvimento nas ações necessárias à mudança desejada. (LUCK, 2001, p. 18).

Entretanto, não raras vezes as pessoas em seus discursos pregam a participação e o engajamento nas decisões e ações da escola, mas, na prática, esquivam-se do compromisso, encontrando desculpas para afastarem-se das responsabilidades. Neste ponto, cabe ao gestor organizar as práticas de forma que o comprometimento e a responsabilidade sejam notados por todos como indispensáveis ao bom andamento da escola.

3.1 A PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA ESTUDADA

Na escola em que atuo como gestora, nota-se grande resistência quanto à participação dos segmentos da comunidade escolar. Talvez isto se deva a uma questão cultural, onde até pouco tempo não era dado espaço para o diálogo, para a expressão das ideias e não existia a prática do debate nas questões administrativas e pedagógicas, sendo que o Conselho Escolar e o Círculo de Pais e Mestres atuavam exclusivamente nas questões financeiras, basicamente aprovando as prestações de contas.

Para que esta realidade seja transformada e para que a gestão democrática na escola se torne efetiva, ainda precisamos trilhar um longo caminho. Porém, os primeiros passos estão sendo dados, quando procuramos mostrar a todos que suas contribuições são importantes, que não precisam ter receio em participar e colaborar nas tomadas de decisões da escola, quando valorizamos as sugestões e procuramos viabilizar as ideias que vem de encontro à melhoria na qualidade da aprendizagem dos alunos, que é a principal tarefa da escola. Segundo Paro (2005):

É neste contexto que ganha maior importância a participação da comunidade na escola, no sentido de partilha do poder por parte daqueles que se supõe serem os mais diretamente interessados na qualidade do ensino. (PARO, 2005, p. 17).

A principal resistência que se encontra é a participação do segmento familiar - pais/responsáveis por alunos. Esse segmento é mais resistente, por achar que não tem conhecimento suficiente do funcionamento da escola para poder opinar ou tomar decisões,

muitos ainda pensam que esta é uma tarefa para a diretora e para os professores, que sabem o que a escola precisa. Porém não é apenas este obstáculo que precisa ser superado.

Mas a participação da comunidade na gestão da escola pública encontra um sem-número de obstáculos para concretizar-se, razão pela qual um dos requisitos básicos e preliminares para aquele que se disponha a promovê-la é estar convencido da relevância e da necessidade dessa participação, de modo a não desistir diante das primeiras dificuldades. (PARO, 2005, p. 16).

Mudar esta concepção é um desafio que a gestão da escola precisa superar para que se efetive a gestão democrática e que a escola se torne um local de participação efetiva. O gestor precisa ter a convicção da importância da participação da comunidade escolar para que possa reforçar esta ideia diante dos segmentos que a compõe. Quando a comunidade escolar for sensibilizada e mobilizada há maiores chances de ela se tornar realmente participante e responsável.

3.2 MUDANÇAS POSSÍVEIS ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA

Através da participação efetiva, do engajamento de toda a comunidade escolar nas questões da escola será possível que se efetive a gestão democrática, pois,

Se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. É nesse sentido que precisam ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola. (PARO, 2001, p. 10).

A escola deve ser espaço aberto que incentive a participação ativa de todos na sua gestão, desenvolvendo sua autonomia, melhorando assim a qualidade do ensino ofertada aos seus alunos. Quando a gestão é democrática, permite que a comunidade escolar tenha condições de intervir coletivamente nos rumos da escola e na tomada de decisões que objetivem a qualidade da educação. Neste sentido Luck (2002) afirma:

A participação significa, portanto, a intervenção dos profissionais da educação e dos usuários (alunos e pais) na gestão da escola. Há dois sentidos de participação articulados entre si: a) a de caráter mais interno, como meio de conquista da autonomia da escola, dos professores, dos alunos, constituindo prática formativa, isto é, elemento pedagógico, curricular, organizacional; b) a de caráter mais externo, em que os profissionais da escola, alunos e pais compartilham, institucionalmente, certos processos de tomada de decisão. (LUCK, 2002, p. 66).

Na participação democrática dentro da gestão escolar, cada indivíduo deve tomar conhecimento do papel que desempenha na escola e da importância de sua contribuição nas tomadas de decisão dentro do espaço escolar, pois só assim se sentirá parte e terá prazer em debater e planejar o que for melhor para a escola. A construção da democracia dentro da escola passa pela conscientização dos sujeitos de que eles próprios são agentes de transformação, pois, de acordo com Paro (2008):

A democracia enquanto valor universal e prática de colaboração recíproca entre grupos e pessoas é um processo globalizante que, tendencialmente, deve envolver cada indivíduo, na plenitude de sua personalidade. Não pode haver democracia plena sem pessoas democráticas para exercê-la. A prática de nossas escolas está muito longe de atender ao requisito implícito nesta premissa. Dificilmente teremos um professor relacionando-se de forma consequente num processo de participação democrático da comunidade na escola, se sua relação com os alunos em sala de aula continua autoritária. Se a escola, em seu dia a dia, está permeada pelo autoritarismo nas relações que envolvem direção, professores, demais funcionários e alunos, como podemos esperar que ela permita, sem maiores problemas, entrar aí a comunidade para, pelo menos, exercitar relações democráticas? (PARO, 2008, p. 25)

A participação da comunidade escolar nas questões da escola ainda é um problema constante quando relacionada às tomadas de decisão, pois, historicamente, a sociedade não está acostumada a exercer a democracia. Tratando sobre os elementos que dificultam a democracia na escola Paro (2001) aponta para a tradição autoritária da sociedade quando diz:

[...] não por acaso, articulada com interesses autoritários de uma minoria, orienta-se na direção oposta à da democracia. Como sabemos, os determinantes econômicos, sociais, políticos e culturais mais amplos é que agem em favor dessa tendência, tornando muito difícil toda ação em sentido contrário. Entretanto, sabemos também que a realidade social está repleta de contradições que precisam ser aproveitadas como ponto de partida para ações com vistas à transformação social. O que não se pode é tomar os determinantes estruturais como desculpa para não se fazer nada, esperando-se que a sociedade se transforme para depois transformar a Escola. Sem a transformação na prática das pessoas não há sociedade que se transforme de maneira consciente e duradoura. É aí, na prática escolar cotidiana, que precisam ser enfrentados os determinantes mais imediatos do autoritarismo enquanto manifestação, num espaço restrito, dos determinantes estruturais mais amplos da sociedade. (PARO, 2001, p. 19).

Através da participação efetiva da comunidade escolar numa gestão claramente democrática estará se contribuindo para a transformação dessa sociedade. Quando há participação efetiva, essa participação permite que se conheça melhor o funcionamento da escola, que haja uma maior conscientização sobre o que é a gestão democrática, que se possa realizar a reelaboração do Projeto Político Pedagógico atualizando-o de forma a torná-lo verdadeiramente um documento presente no cotidiano da escola, que retrate como a escola é,

mas que acima de tudo projete metas e ações a serem alcançadas, de acordo com a realidade na qual a escola está inserida.

Desta forma a escola pretende formar cidadãos responsáveis, democráticos e participativos, que tenham comprometimento para com a sociedade a que pertencem e que busquem seus direitos.

O Projeto Político Pedagógico da escola está sendo revisto e reelaborado de forma coletiva e participativa, colocando-se em prática a gestão democrática, com diálogo e participação da comunidade escolar, ouvindo-se o anseio de todos e considerando-se a diversidade, com o objetivo de torna-lo um documento que retrate fielmente aquilo que a escola busca em termos de qualidade no ensino-aprendizagem, propiciando o que há de melhor para todos.

O fortalecimento do Conselho Escolar como espaço de decisão em todas as questões da escola, por exemplo, é de grande valia para tornar mais fortes as relações entre a escola e a comunidade escolar. Estimular a participação nos Conselhos de Classe, dando mais oportunidade para que alunos e professores possam se expressar nas questões pedagógicas pode aproximar os segmentos na busca de soluções aos conflitos que possam existir em sala de aula.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA: QUESTIONAR PARA TRANSFORMAR

Tendo como principal objetivo promover a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar na reelaboração do PPP visando efetivar a gestão democrática, procuramos adequá-lo à realidade em que a escola está inserida, estudando a participação à luz da gestão democrática escolar, consultando a comunidade escolar e analisando os fatores mais eficazes para alcançar uma maior participação de todos. Buscando respostas para as dificuldades que se encontra em estabelecer uma gestão democrática que se sustenta na participação efetiva da comunidade escolar, optamos por uma pesquisa qualitativa fundamentada na pesquisa-ação, através de reuniões, debates, reflexão das ações e diálogo permanente com todos os segmentos que compõe a comunidade escolar, além da aplicação de questionários semi-estruturados.

4.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA

A escola onde foi desenvolvido este trabalho pertence à Rede Estadual de Ensino, estando localizada na zona rural do município de Barros Cassal, RS. Teve origem na década de 50 com a denominação Escola Rural, mantendo da 1ª a 5ª série, com autorização para funcionamento da 6ª série em 1976 e, a partir da década de 80 foi autorizado o funcionamento da 7ª e 8ª série, o que mudou sua denominação para Escola Estadual de 1º Grau. Atendendo a Legislação, no ano de 2001, passou a denominar-se Escola Estadual de Ensino Fundamental.

A escola conta hoje com 45 alunos de 1º ao 9º ano em classes multisseriadas. Todos oriundos de famílias do meio rural, já que é uma escola de campo. Essas famílias vivem unicamente da agricultura, especialmente da fumicultura. A comunidade é pouco participativa em relação à escola, sendo que alguns alunos vêm de outras comunidades, tornando difícil o acesso dos pais, devido à distância e a falta de transporte coletivo regular.

O grau de escolaridade das famílias é baixo, com alguns analfabetos e poucos que concluíram o ensino médio, pois no município existe apenas uma escola que oferece esta modalidade de ensino e a mesma fica na sede, distante 12 km da localidade de Boa Vista.

De acordo com o censo demográfico de 2010, a renda per capita do município é de R\$ 681,07 mensais (IBGE, 2010).

A escola conta com uma merendeira, diretora, um professor que atende 13 horas na biblioteca e que atua como assessor pedagógico 20 horas; oito professoras, sendo que quatro delas tem 20 horas semanais e as demais completam algumas horas na escola. Todas as professoras que atuam em sala de aula possuem graduação nas suas respectivas áreas, sendo que cinco possuem pós-graduação, duas em Inclusão, uma em História do Rio Grande do Sul, uma em Educação Ambiental e uma em Língua Portuguesa.

Possui um bom espaço físico, sendo composta por dois prédios: no prédio 01 há quatro salas de aula, dois banheiros para os alunos, e uma pequena sala onde está instalado o laboratório de ciências. No prédio 02 há a secretaria e sala da direção, ambas pequenas, dois banheiros, um depósito, refeitório, cozinha, sala dos professores, sala de vídeo onde também estão instalados cinco computadores para uso dos alunos e biblioteca. O pátio é bem espaçoso e conta com parquinho e um campo de futebol que nos finais de semana é utilizado pelas pessoas da comunidade.

A gestão escolar é escolhida através de processo eleitoral de acordo com a Lei Estadual nº 10.576 de novembro de 1995 e suas alterações (Lei nº 11.695/01 e Lei nº 13.990/12).

4.2 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA BASEADA NA PARTICIPAÇÃO

De acordo com o Regimento Escolar, o Projeto Político-Pedagógico das escolas do campo deverá ser específico, adequado às necessidades e interesses locais e garantir a ampla participação da comunidade local em sua organização e construção.

Conforme a LDB 9394/96 em seu artigo 12, inciso I, a escola tem a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica observando os princípios do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (art. 3º, inciso III) e da gestão democrática do ensino público (art. 3º, inciso VIII). (BRASIL, 1996).

Diante disso, é fundamental na construção do Projeto Político-Pedagógico que todos os segmentos da comunidade escolar se envolvam e participem, pois o mesmo é uma construção coletiva e que necessita constante atualização e reflexão sobre as ações pedagógicas. Sem o compromisso de todos não há possibilidade de construção e execução do

PPP, pois quando todos assumem a responsabilidade de construí-lo, tornam-se sujeitos desse processo, democratizando as decisões e tornando-se responsáveis pela sua concretização.

Pensar o Projeto Político-Pedagógico de uma escola é pensar a escola no conjunto e na sua função social. Se essa reflexão a respeito da escola for realizada de forma participativa por todas as pessoas envolvidas, certamente possibilitará a construção de um projeto de escola consistente e provável (VEIGA, 1995, p. 45).

Através da reelaboração do Projeto Político Pedagógico procuraremos adequar o processo de aprendizagem de forma a oferecer aos alunos motivação para que permaneçam no campo, possibilitando-lhes uma visão positiva de sua participação na sociedade, atendendo as particularidades da comunidade em que estão inseridos. Para que isso ocorra precisamos da participação de todos os envolvidos.

Entretanto, devido ao difícil acesso e à distância entre a residência dos alunos e a escola, percebeu-se pouco envolvimento, principalmente por parte dos pais, nas ações desenvolvidas na escola e o quase que total desconhecimento do PPP da escola.

Não podemos pensar em educação de qualidade se não procurarmos envolver as famílias de nossos alunos, pois tanto a escola quanto a família são instituições muito importantes na vida escolar das crianças. Para uma educação de qualidade, é preciso trabalhar em conjunto, como cita Luck (2010):

A participação dos pais na vida da escola tem sido observada em pesquisas, como um dos indicadores mais significativos na determinação da qualidade do ensino, isto é, aprendem mais os alunos cujos pais participam mais da vida da escola (LUCK, 2010, p. 86).

4.3 A PESQUISA-AÇÃO COMO FORMA DE INTERVIR NA REALIDADE

Utilizando a metodologia da pesquisa-ação, coletiva em sua concepção, procuramos favorecer as discussões e a produção cooperativa dos conhecimentos sobre a realidade, uma reflexão permanente da importância da participação efetiva de toda comunidade escolar no processo de reelaboração do Projeto Político-Pedagógico. Como Franco (2005) comenta:

A pesquisa-ação crítica considera a voz do sujeito, sua perspectiva, seu sentido, mas não apenas para registro e posterior interpretação do pesquisador: a voz do sujeito fará parte da tessitura da metodologia da investigação. Nesse caso, a metodologia não se faz por meio das etapas de um método, mas se organiza pelas situações

relevantes que emergem do processo. Daí a ênfase no caráter formativo dessa modalidade de pesquisa, pois o sujeito deve tomar consciência das transformações que vão ocorrendo em si próprio e no processo. É também por isso que tal metodologia assume o caráter emancipatório, pois mediante a participação consciente os sujeitos da pesquisa passam a ter oportunidade de se libertar de mitos e preconceitos que organizam suas defesas à mudança e reorganizam a sua auto concepção de sujeitos históricos (FRANCO, 2005, p. 486).

A autora Maria Amélia Santoro Franco (2005) cita ainda que:

[...] a pesquisa-ação deve partir de uma situação social concreta a modificar e, mais que isso, deve se inspirar constantemente nas transformações e nos elementos novos que surgem durante o processo e sob a influência da pesquisa (FRANCO, 2005, p. 486).

Para concretizar esta participação envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar partiu-se de reuniões de estudos dos referenciais teóricos sobre PPP e gestão democrática com o segmento professores e funcionários e análise do PPP da escola. A partir daí, realizamos reuniões com os demais segmentos, procurando dar-lhes o suporte teórico necessário para que pudessem ter uma participação efetiva, tendo conhecimento suficiente para que isso ocorresse. O diálogo, o debate e a apropriação dos conceitos de participação, gestão democrática e PPP tornaram-se indispensáveis para que todos pudessem contribuir com este processo.

Foram aplicados questionários e desenvolvidas entrevistas com pais, alunos, professores e funcionários buscando a opinião de todos dentro de uma concepção democrática de gestão, sempre buscando a participação ativa de todos os envolvidos, pois como diz Richardson (2014, p. 1) “um aspecto crucial da pesquisa-ação é a participação das pessoas que vivem na situação pesquisada ou que podem ser afetadas pelos resultados da ação”.

Nossa intenção era de que toda a comunidade escolar se fortalecesse através do incentivo à participação de todos os segmentos nas diferentes atividades realizadas pela escola: reuniões de planejamento, atividades culturais, esportivas, palestras e trabalhos coletivos de manutenção do ambiente escolar.

Percebeu-se um maior interesse e participação de todos os segmentos principalmente nas atividades festivas, como na comemoração do “*Dia das Mães*”, onde a participação das mesmas nos surpreendeu e nas atividades de manutenção do pátio da escola, com muitos pais se dispondo a vir para a escola cortar a grama do campo, cercar a quadra de futsal, entre outras atividades que necessitavam ser feitas. Na questão da gestão financeira também se percebeu que todos os segmentos envolveram-se, dando sugestões de aplicação das verbas,

onde sentiam necessidade. Porém ainda há pouca participação e envolvimento quanto à parte pedagógica, poucas são as contribuições neste aspecto.

A integração entre todos os segmentos da comunidade escolar é o princípio para que os alunos se sintam motivados a frequentarem a escola e demonstrarem respeito pela mesma, estamos desenvolvendo com os alunos uma maior abertura ao diálogo para aproximá-los dos professores e da direção.

De acordo com Tripp (2005, p.447), “pesquisa-ação é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar à ação que se decide tomar para melhorar a prática”. Assim, procuramos produzir as mudanças necessárias ao bom desenvolvimento de um Projeto Político-Pedagógico que contemple a realidade local, através da discussão e da reflexão entre todos os componentes da comunidade escolar.

Este processo foi uma oportunidade de conscientizar professores, alunos, funcionários e, principalmente, pais sobre a importância do envolvimento e da contribuição de cada um, somando esforços em prol do ensino de qualidade, onde cada um faça a diferença e promova a transformação da realidade em que estamos inseridos.

Nas entrevistas feitas com os pais/responsáveis, percebemos que para eles é mais fácil se expressar oralmente, porém ainda falta entendimento do que é gestão democrática e participação, pois a grande maioria ainda pensa que participar é apenas ir à escola quando chamado para falar sobre seus filhos ou ajudar nos serviços e assistir às apresentações.

5. REFLETINDO SOBRE A REALIDADE ESCOLAR: AS AÇÕES ANALISADAS

A partir das diversas ações que foram viabilizadas nesse processo de revisão do plano político pedagógico, como reuniões, sessões de estudo, diálogo entre os segmentos, debates e questionários, construímos algumas reflexões acerca da gestão democrática em nossa escola. Essas ações foram necessárias como forma de viabilizar a participação coletiva, pois:

[...] tendo em conta que a participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico de construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública. (PARO, 1992, p. 262-263).

Desta forma pretendíamos que cada integrante da comunidade escolar se sentisse em condições de atuar de forma mais participativa em todas as questões que envolvem o cotidiano da escola. A seguir descreveremos algumas dessas ações e as reflexões e análises construídas a partir delas.

5.1 REUNIÕES REALIZADAS

Em uma reunião realizada com os professores em novembro de 2014 foi revisto o PPP da escola. Nesta reunião surgiram algumas sugestões para a realização de um projeto de intervenção, como:

- Participação ativa dos pais na escola.
- Conselho Escolar mais atuante.
- Cuidado e preservação do patrimônio por parte da comunidade.
- Falta de motivação dos alunos para a aprendizagem.

Após esta primeira discussão, houve uma reunião com os pais, aproveitando a realização do Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP), onde foram debatidos os problemas enfrentados pela escola e, optou-se por direcionar os trabalhos de pesquisa para a

falta de motivação dos alunos quanto à aprendizagem, o que tem ocasionado muitas faltas e o baixo rendimento dos alunos. Assim, definiu-se que o foco seria a reformulação do PPP de forma participativa, onde todos tivessem voz e vez. Segundo Bordenave (1994, p. 22) “participar significa tomar parte ou ter parte em algo, ou, ainda, fazer e ser parte de algo.” É esta participação que queremos, onde cada um se sinta parte da escola e que faça parte das mudanças necessárias para que a escola se torne mais democrática.

Buscando este sentido de pertencimento, em março realizamos uma reunião com pais e professores. Nesta reunião, além dos assuntos rotineiros de início de ano letivo, foi tratado sobre a gestão democrática e sobre a participação, onde os professores e a direção puderam expor o que havia sido estudado sobre gestão democrática e participação.

Através de diálogo foi possível perceber que os pais possuíam pouco conhecimento sobre os assuntos abordados, então os professores encarregaram-se de anotar as principais dúvidas para que as mesmas pudessem ser sanadas posteriormente. Foi realizada a leitura do PPP da escola, sendo que a maioria dos pais presentes na reunião não tinha conhecimento do mesmo.

Houve debate sobre o PPP e, apesar de serem poucos os participantes (11 do segmento pais e 5 do segmento professores), alguns não se envolverem muito, sendo que cerca da metade dos pais apenas ouviu, penso que foi positivo o resultado, pois quando se consegue pelo menos o diálogo, é sinal que o trabalho não foi em vão.

Após alguns dias foi realizada uma reunião com os alunos do segundo e terceiro ciclos (até abril a escola era organizada ainda por Ciclos de Formação) para tratar sobre gestão democrática, participação e PPP. Alguns alunos foram bastante participativos, envolvidos com a melhoria da escola. Estavam presentes nesta reunião 37 alunos, 3 professores e o assistente pedagógico, onde foi conversado sobre o Projeto Político Pedagógico da escola e sobre gestão democrática e esclarecido aos alunos que a participação de todos é de extrema importância para que a escola se torne um ambiente mais democrático. Os alunos foram incentivados a expor suas ideias e surgiram algumas contribuições no sentido de tornar a escola mais atrativa. Um aluno sugeriu que se realizasse um torneio de xadrez entre os alunos da escola. Sugestão esta que foi aceita e colocada em prática logo. Deste torneio interno, dois participantes foram classificados para representar o município na fase regional dos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (JERGS), realizada no município de Arvorezinha. Nesta participação, os dois alunos, uma menina do 8º ano e um menino do 6º ano, obtiveram medalha de bronze, o que incentivou a prática do jogo ainda mais na escola. Os dois alunos

foram convidados também por outras escolas do município para ensinar o jogo aos seus alunos.

Outra sugestão foi que se realizasse uma mostra de teatro na escola, onde cada turma apresentaria uma ou mais peças. Ainda não foi definida uma data para que as apresentações aconteçam, mas a sugestão foi bem aceita pelos professores. Assim, aos poucos, vão surgindo contribuições que tem se mostrado valiosas para o processo de aprendizagem.

Nos meses de janeiro e maio, houve reunião com o Conselho Escolar, formado por representantes de todos os segmentos da escola, para definir, de forma participativa, o Plano de Aplicação Financeira da escola, sendo estes momentos também aproveitados para tratar sobre a reestruturação do PPP da escola.

No mês de junho, houve a realização de outra reunião, com todos os integrantes da comunidade escolar, na qual foi procurado discutir as dúvidas sobre o Projeto Político-Pedagógico e sobre gestão democrática. Também nesta reunião, que contou com a presença de pais, alunos, professores e funcionária, tratou-se sobre a educação do campo, dando-se ênfase à legislação sobre o tema.

Ainda em junho, realizou-se o Conselho de Classe, envolvendo os alunos e professores e após, reunião de pais e professores para entrega dos boletins do 1º trimestre e encaminhamentos para o segundo trimestre. Após a reunião, pais e professores puderam conversar individualmente sobre a aprendizagem dos alunos. Nesta reunião apenas 8 pais participaram, sendo que os demais vieram até a escola nos dias e horários mais adequados para eles, sendo que apenas três alunos ficaram sem seus boletins até o momento porque os pais não compareceram na escola. Durante estas visitas dos pais à escola pudemos ter um contato mais direto com os mesmos e percebemos que eles se sentem mais à vontade para se expressarem nestas conversas mais informais.

5.2 AÇÕES DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Em relação aos docentes da escola, iniciamos as ações com uma sessão de estudos, durante a formação continuada do início do ano letivo, tentando envolver todos os professores da escola, com o objetivo de estudar a participação à luz da gestão democrática.

Nem todos os professores puderam participar, pois alguns trabalham em outras escolas e não têm horário disponível, pois são lotados nestas outras escolas e devem fazer a formação

em suas escolas de lotação. Esses professores cumprem 4 ou 8 horas semanais na escola, ficando distanciados dos problemas e das ações que a escola realiza. Este cenário não é exclusivo da nossa escola e, muitas vezes desmotiva o professor na sua participação. Neste sentido, Sobrinho (2002) diz que:

O cenário por vezes alienante das condições de trabalho imposta ao professor (trabalho prescrito) resulta também de sobrecargas ocupacionais originárias de uma organização perversa do trabalho humano, como por exemplo: (...) reduzida participação nas decisões sobre a escola [...]. (SOBRINHO, 2002, p. 89)

Foram realizados debates sobre os temas participação, gestão democrática e projeto político pedagógico, aproveitando os conhecimentos prévios dos participantes, pois já antes do final do ano letivo de 2014 havia sido combinada a apropriação teórica sobre esses temas com os professores.

Após o início do ano, mudou-se a organização curricular da escola. No ano anterior, a escola havia passado a organizar-se em *Ciclos de Formação*, que em sua estrutura, são organizados em três ciclos de três anos cada, englobando alunos entre os 6 aos 14 anos, com a formação dos coletivos de alunos por idade, com base nas contribuições teóricas da investigação dos processos mentais observados pela Psicologia da Aprendizagem, tendo como referência as contribuições de Piaget, Wallon e Vygotsky. Entretanto, foi preciso retornar a organização *Seriada*, onde os conhecimentos são divididos em componentes curriculares específicos para cada campo do conhecimento e esses, por sua vez, são subdivididos em séries ou anos de estudos. Essa alteração provocou novas mudanças na estruturação da escola, pois tivemos que nos dedicar mais à reformulação do Regimento Escolar e aos Planos de Estudos, sempre buscando a participação de todos os docentes. Porém, percebemos que ainda há alguns que demonstram resistência em realizar até mesmo o que é de sua competência. Com insistência e determinação estamos conseguindo fazer com que estes professores repensem suas posições. Procuramos realizar encontros pedagógicos em horários alternativos, como à noite, para que pudéssemos ter a participação de todos.

Continuamos realizando encontros pedagógicos mensalmente, onde debatemos algumas questões do PPP e procuramos estratégias para tornar a participação dos pais mais efetiva na escola. Sugeriu-se que os pais fossem convidados a visitarem a escola sempre que tivessem oportunidade, para conhecerem melhor o funcionamento da mesma, terem um diálogo mais direto com os professores e a direção da escola, porém só houve este contato quando os pais foram chamados para receberem os boletins dos seus filhos.

Durante a formação continuada em julho, foram tratados assuntos referentes à educação do campo e o PPP voltado para a realidade de escola do campo.

5.3 AÇÕES COM A COMUNIDADE

Foram realizadas reuniões com a comunidade, procurando trazer o coletivo para encontrar soluções para os problemas que existem na escola. Uma série de questões do cotidiano escolar foram apresentadas aos pais, como por exemplo, o cancelamento do fornecimento da internet na comunidade, que afetou diretamente a escola, pois no momento era a única a utilizar o serviço. A empresa fornecedora, que é de outro município, decidiu que não era mais viável continuar prestando o serviço, devido à distância para a manutenção dos equipamentos. Um segundo exemplo prático refere-se à segurança dos alunos que utilizam a quadra de futsal que fica ao lado da estrada e que não possuía nenhuma estrutura de cercamento, tornando perigosa sua utilização. Outros problemas apontados: a manutenção do campo de futebol, a grande quantidade de faltas de alguns alunos, a indisciplina na sala de aula, dentre outros.

Durante as reuniões, as famílias se propuseram a vir até a escola, em sistema de rodízio, para realizar o corte da grama do campo de futebol que pertence à escola. Foi uma sugestão da própria comunidade e está funcionando bem, realizando os serviços voluntariamente.

Por sugestão do Conselho Escolar, em uma das reuniões realizadas com este colegiado, as famílias se organizaram para colocação uma tela ao redor da quadra de futsal, pois seu uso era perigoso porque a bola corria para a estrada e os alunos iam atrás, correndo o risco de atropelamento. Numa manhã de sábado foi realizada esta tarefa, assim como a limpeza da horta, onde um pai foi com o trator arar, voluntariamente.

Estas ações demonstraram que a participação, no entendimento dos pais, é fortemente marcada pela concepção de participação ligada à execução e não na tomada de decisões. Nas palavras de Paro (1992):

[...] é bom enfatizar que, quando falamos em participação da comunidade, estamos preocupados com a participação na tomada de decisões. Isto não elimina, obviamente, a participação na execução; mas também não tem esta como fim, mas sim como meio, quando necessário, para a participação propriamente dita, entendida

esta como partilha do poder. Esta distinção é necessária para que não se incorra no erro comum de tomar a participação na execução como um fim em si, quer como sucedâneo da participação nas decisões, quer como maneira de escamotear a ausência desta última no processo (Paro, 1992, p.40).

O que se pode concluir em relação aos pais é que quando solicitados a realizarem serviços para a escola, porém, a maioria está disponível e sente prazer em ajudar, executando tarefas. Quando se refere a participação em colegiados ou comissões, ou propor ideias e sugestões na parte administrativa ou pedagógica há muita resistência ainda, pois sempre há a alegação de que nestas questões quem entende são os professores e a direção.

Paro (2007) quando fala da contribuição dos pais para a qualidade do ensino afirma que:

É possível imaginar um tipo de relação que não consista simplesmente de uma “ajuda” gratuita dos pais à escola. Pode-se pensar em uma integração dos pais com a escola, em que ambos se apropriem de uma concepção elaborada de educação que, por um lado é um bem cultural para ambos e, por outro, pode favorecer a educação escolar e, *ipso facto*, reverter-se em benefício dos pais, na forma da melhoria da educação de seus filhos. (PARO, 2007, p. 25)

Para modificar essa compreensão das famílias sobre participação, temos valorizado suas sugestões, colocando-os a par do que acontece na escola, incentivando-os a se manifestarem, partilhando com eles as responsabilidades pela gestão da escola e pela educação de qualidade. Nas palavras de Paro (1997):

A participação da população na escola ganha sentido, assim, na forma de uma postura positiva da instituição com relação aos usuários, em especial aos pais e responsáveis pelos estudantes, oferecendo ocasiões de diálogo, de convivência verdadeiramente humana, em suma, de participação na vida da escola. Levar o aluno a querer aprender implica um acordo tanto com educandos, fazendo-os sujeitos, quanto com seus pais, trazendo-os para o convívio da escola, mostrando-lhes quão importante é sua participação e fazendo uma escola pública de acordo com seus interesses de cidadãos. (PARO, 1997, s.p.).

5.4 APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS

Como complementação do que foi observado nas ações desenvolvidas, foram aplicados questionários (em anexo) para serem respondidas por todos os segmentos da comunidade escolar, com questões abertas sobre o conhecimento do atual PPP da escola, importância de sua reelaboração e da participação de todo o coletivo da escola e o conceito de gestão democrática. Ao todo, 20 questionários foram distribuídos.

O questionário realizado não teve um retorno satisfatório, pois muitos não retornaram e os que enviaram de volta não conseguiram ter o entendimento suficiente para responder as questões, o que não foi propriamente uma surpresa, visto que tanto alunos quanto pais sentem dificuldades na realização dessas atividades.

Aos professores foram distribuídos cinco questionários, sendo que quatro retornaram preenchidos. Ao ser pedido para citar dois assuntos que se encontram no atual PPP, com unanimidade foi citada a inclusão escolar: currículo, competências, metas e avaliação. Entretanto, nenhum destes professores participou da elaboração deste plano, pois três destes professores não trabalhavam na escola na época de sua elaboração e o outro não foi convidado a participar. Todos os professores consideraram importante que o PPP fosse atualizado para adequá-lo à realidade da escola e fazer as mudanças necessárias.

Para participar das reuniões da escola os professores procuraram se inteirar dos assuntos que seriam abordados para se prepararem com sugestões para melhorar a qualidade de suas aulas. Ao citar pontos relevantes das reuniões foram mencionados o maior número de pais presentes e a disponibilidade dos mesmos em colaborar com as necessidades da escola.

Quanto à participação nos colegiados dois professores já fazem parte como membros e um deles não gostaria mais de participar como membro. Para que sua participação fosse mais ativa, os professores consideraram que o fato de ter pouca carga horária na escola, tendo que completar esta carga horária em outra escola, dificulta, mas não impossibilita, pois como relata uma das professoras,

Venho à escola apenas uma manhã por semana, mas sempre que posso participo das atividades que a escola desenvolve ativamente, opinando sobre os assuntos referentes ao bom andamento das aulas entre outras atividades que a escola precisa realizar e a diretora nos consulta, para que nossas ideias contribuam para melhorar a qualidade dos trabalhos desenvolvidos pela escola. (*Professora – Resposta questionário*).

Percebemos que a questão de trabalhar poucas horas na escola é um fator relevante que dificulta uma participação mais efetiva dos professores, porém todos concordam que se faz necessária para que todos fiquem a par dos acontecimentos e colaborem nas tomadas de decisões. Para que haja maior participação, foram realizadas reuniões em horários alternativos, permitindo assim que um maior número de professores pudesse participar.

Para a reelaboração do PPP da escola, os professores pensam ser importante a discussão com os demais membros da comunidade escolar dos fatores que não estão dando certo, onde cada um possa expressar sua opinião com relação aos pontos positivos e

negativos, buscando a renovação do pensar e do agir pedagógico. Consideram a participação dos pais na escola fundamental pois assim os alunos se sentem mais motivados, dedicando-se mais aos estudos.

Para as famílias foram encaminhados oito questionários, sendo que apenas quatro retornaram preenchidos e um sem nenhuma questão respondida. Apenas uma pessoa do segmento pais soube citar dois assuntos que se encontram no PPP: curso de formação para professores e participação da comunidade na escola.

Nenhum dos pais que responderam havia participado da elaboração do PPP, porém três acharam que era importante atualizá-lo por ser um documento importante para a escola. Chamou a atenção a resposta de um deles, que não considera importante atualizar o PPP pois não participa das reuniões, o que nos levou a perceber o longo caminho que ainda temos a percorrer para que se atinja a todos, levando-os ao entendimento da importância destes processos para a efetivação de uma gestão democrática. Sentimos a necessidade de procurarmos diferentes estratégias para atingir a participação desejada.

Ao citar pontos relevantes das reuniões, destacaram a disposição dos pais em colaborar com serviços para a melhoria dos espaços físicos da escola. Dois dos pesquisados acham que sua contribuição nas reuniões é importante, nas palavras de um deles: *“Devemos colaborar em alguma coisa. As professoras não gostam de ouvir um não, mesmo a gente não entendendo nada”* (Familiar – Resposta questionário).

Quanto à participação nos colegiados, três já fazem ou fizeram parte como membros e apenas dois gostariam de continuar fazendo parte. Os pais consideram que sua participação na escola é muito importante pois dá segurança aos alunos e que toda a comunidade escolar deve participar pois é indispensável para a escola que todos os segmentos trabalhem juntos.

Para que sua participação fosse mais ativa os pais consideram importante ir às reuniões, dar opiniões, ajudar na escola; e o que impossibilita essa participação é o serviço em casa, o tempo e a vontade. Para contribuir com a reelaboração do PPP os pais acham importante ir nas reuniões e dar sugestões sempre que forem solicitados.

Aos alunos foram distribuídos sete questionários e retornaram três preenchidos, dois em branco e dois não retornaram. Os alunos, assim como o segmento familiar, tiveram dificuldade em responder a maioria das questões. Percebemos que consideram importante a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, como relata um deles: *“A participação de todos é importante porque os pais interagindo com os professores, funcionários e alunos podem tomar melhores decisões para o desempenho de seus filhos”*

(Aluno – Resposta questionário). Os alunos responderam que para participar da reelaboração do PPP deveriam dar sua opinião e sugerir ideias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concretização de uma escola democrática, onde a participação seja, realmente, uma prática cotidiana efetiva está ainda distante de ser uma realidade em nossa escola. O que buscamos é uma mudança radical na compreensão de participação e de democracia na escola. Para que essa mudança seja alcançada é necessária a criação e manutenção de espaços que favoreçam o diálogo, onde aconteçam discussões que projetem novos rumos para alcançar uma educação de qualidade.

Para superar os obstáculos que ainda se impõem à gestão democrática é necessário que o gestor se articule com todos os segmentos da comunidade escolar buscando a compreensão de seus membros da importância do comprometimento de todos.

Percebemos que a reelaboração coletiva do Projeto Político-Pedagógico é possível, porém, uma tarefa que propõem desafios a serem superados a partir da construção de um processo de participação. Apesar da indisponibilidade de tempo e de conhecimento alegada por alguns membros da comunidade escolar, há aqueles que estão dispostos a contribuir com aquilo que lhes é possível. Uma noção de gestão democrática e participação qualificadas precisam ainda serem trabalhadas com os diferentes segmentos da comunidade escolar.

Analisando todo o trabalho desenvolvido, de um modo especial, destaca-se a importância de se investir nos alunos, para a mudança pretendida ser concretizada, pois quando se aprende desde cedo a participar, opinar, refletir, certamente se terá melhor condição de exercer a democracia e a participação efetiva.

Alguns avanços na reelaboração do PPP foram realizados através do diálogo e de discussões com os segmentos, como a realização do diagnóstico da escola e a definição de algumas metas e ações para serem incorporadas ao novo plano. Porém, ainda não está concluído, ficando o desafio de continuarmos a buscar a participação democrática da comunidade escolar na concretização deste que é um documento de suma importância para a escola.

REFERÊNCIAS

- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 8. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- _____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 mar. 2015.
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.
- BUSSMANN, Antônia Carvalho Bussmann. O projeto político-pedagógico e a gestão da escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 23. Ed. Campinas: Papirus, 1995.
- CALDART, Roseli Salette. **Elementos para a Construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004 (Coleção Por uma Educação do Campo, 5).
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Gestão Democrática da Educação: exigências e desafios**. Revista Brasileira de Políticas e administração da Educação. São Bernardo do Campo: ANPAE, v.18, n.2, jul./dez. 2002.
- DOURADO, L. F. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.) **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 1998.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia da Pesquisa-ação**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n.3, p. 483-502, set./dez. 2005.
- GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. São Paulo, Editora Cortez, 1992.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**. Goiânia: Alternativa, 2002.
- LUCK, Heloísa et al. **A Escola Participativa: o trabalho do gestor escolar**. 5ª ed. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2001.
- _____. **A gestão participativa na escola**. Série Cadernos de gestão Volume III. Rio de Janeiro. Vozes, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 1994, p. 9-30. Disponível em: <http://www.densf.xpg.com.br/ciencia_tecnica_e_arte_o_desafio_da_pesquisa_social.doc> Acesso em 02 de maio de 2015.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar e Qualidade do Ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso?** In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 18. 1997, Porto Alegre. **Anais: sistemas e instituições: repensando a teoria na prática**. ANPAE, 1997. v. 1. p. 303-314.

_____. **A Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 2008.

_____. **Gestão Democrática na Escola Pública**. São Paulo: Ática, 2001.

_____. **Gestão da Escola Pública: a participação da comunidade**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília. v.73, n. 174, maio/ago. 1992.

_____. **Qualidade do Ensino: a contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2000.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual. **Projeto Político Pedagógico e Pesquisa: uma nova escola**. Videira: Ed. Unoesc, 2001.

SOBRINHO, Francisco de Paula Nunes. O stress do professor do ensino fundamental. In: LIPP, Marilda Novaes (org.) **O Stress do Professor**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

TRIPP, David. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.31, n. 3, p.443-466, set./dez. 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 23. Ed. Campinas: Papirus, 1995.

APÊNDICES

Prezada Comunidade Escolar!

Conto com sua colaboração respondendo o questionário abaixo sobre a participação da comunidade escolar na E. E. E. F. Antônio Cenci.

É importante que responda a todas as questões de acordo com sua realidade, com sinceridade.

Desde já agradeço.

Denize Cenci

1- Você poderia citar 2 assuntos que se encontram no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola?

2- Poderia contar como foi sua participação na elaboração do PPP da escola? Indique alguns temas que você relevante às contribuições? E outro tema que não foi tão interessante?

3- Considera importante rever o PPP e atualizá-lo?

Sim Não

Por quê? _____

4- Poderias contar como te preparaste para participar de uma ou mais reuniões da escola? Cite duas contribuições que você trouxe para a reunião:

Cite 2 pontos que foram relevantes na reunião:

5- A escola possui Círculo de Pais e Mestres e Conselho Escolar. Você já fez parte como membro desses colegiados?

Sim Não

6- Gostaria de participar como membro de um deles?

Sim Não

7- Vamos supor que você seja escolhido (a) pela comunidade escolar para ser Diretor da escola. Como você organizaria sua primeira e demais reuniões com os pais? Como seria a questão da tomada de decisão? E quanto às sugestões, como você reagiria às opiniões, críticas, sugestões dadas pela comunidade escolar? Como você aplicaria as verbas financeiras?

8- Como é o Conselho de Classe realizado na escola?

9- Se você fosse aluno da escola, que importância teria a participação de seus pais na escola? E se você fosse professor da escola qual a importância da participação de professores e pais na escola? E se você fosse da direção, qual a importância da participação da comunidade escolar? Aliás, o que é a comunidade escolar?

10- Cite 3 aspectos que tornariam sua participação mais ativa na escola, e 3 aspectos que impossibilitariam tal participação:

11- A qual segmento você pertence?

Pais e/ou responsáveis Alunos Professores Funcionários